

AS EXPERIÊNCIAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO FORMA DE SUPERAÇÃO DO DESEMPREGO E DAS CONDIÇÕES DE POBREZA E VULNERABILIDADE

EXPERIENCES OF SOLIDARITY ECONOMY AS A WAY OF OVERCOMING UNEMPLOYMENT AND POVERTY AND VULNERABILITY CONDITIONS

LAS EXPERIENCIAS DE ECONOMIA SOLIDARIA COMO FORMA DE SUPERACIÓN DEL DESEMPLEO Y DE LAS CONDICIONES DE POBREZA Y VULNERABILIDAD

Rodolfo dos Santos Silva

Economista, Mestre em Tecnologia (UTFPR), Doutor em Geografia (UFPR), Professor do Curso de Serviço Social Uninter. Coordenador da Linha de Pesquisa Movimentos Sociais, Estado e Cidadania e Coordenado do Grupo de Pesquisa: A Participação Popular na Determinação do Orçamento Público e Economia Solidária.

Lenir Andrade

Discente do Curso de Serviço do Centro Universitário Internacional Uninter e membro do Grupo de Pesquisa: A Participação Popular na Determinação do Orçamento Público e Economia Solidária.

RESUMO

Em momentos de crise econômica, a busca de soluções para sua superação tem ocupado os principais debates, seja nos meios populares, seja nos acadêmicos. Este trabalho tem como objetivo geral discutir a economia solidária, através de diversas experiências em seus diferentes campos de atuação como uma possibilidade concreta de melhoria das condições de vida e de valorização dos seres humanos mais pobres e vulneráveis social e economicamente. Discute-se ainda a importância da economia solidária como tecnologia social e sua apropriação pelo profissional de Serviço Social. Para chegar-se aos resultados esperados buscam-se, através da pesquisa bibliográfica, os embasamentos necessários para compreender a realidade econômica, social e política do país.

Palavras-chave: Economia solidária. Cooperativismo. Banco Social. Tecnologia Social.

ABSTRACT

In times of economic crisis, the search for solutions has been motivating the main debates, whether in popular or academic circles. This paper aims to discuss solidarity economy, through various experiences in its different fields of action as a concrete possibility of improving living conditions and valuing the poorest and most socially and economically vulnerable human beings. The importance of solidarity economy as a social technology and its appropriation by the social worker is also discussed. In order to reach the expected results, through bibliographical research, the necessary foundations are sought to understand the economic, social and political reality of the country.

Keywords: Solidarity Economy. Cooperativism. Social Bank. Social Technology.

RESUMEN

En momentos de crisis económica, la búsqueda de soluciones para su superación ha ocupado los principales debates, tanto en los medios populares como en los académicos. Este trabajo tiene objetivo general discutir la economía solidaria a través de experiencias en sus diferentes campos de actuación, como posibilidad concreta de mejoramiento de las condiciones de vida y de valoración de los seres humanos más pobres y vulnerables social y económicamente. Discútese también la importancia de la economía solidaria como tecnología social y su apropiación por el profesional del Trabajo Social. Para llegar a los resultados esperados,

As experiências de economia solidária como forma de superação do desemprego e das condições de pobreza e vulnerabilidade

se buscam, em investigação bibliográfica, os fundamentos necessários para entender a realidade econômica, social e política do país.

Palabras-clave: Economía solidaria. Cooperativismo. Banco Social. Tecnología Social.

INTRODUÇÃO

O domínio da técnica e da tecnologia são ferramentas essenciais para que a população possa promover a sua emancipação social e o desenvolvimento econômico do país. Em seus constantes desafios no campo de atuação profissional, o assistente social tem se deparado com o crescimento das tecnologias sociais, que envolvem as questões de economia solidária. Quando se trata de discutir desenvolvimento e tecnologia, esse debate está fortemente relacionado à acumulação de capital. Porém, as discussões sobre as tecnologias sociais têm outro viés, que está presente no contexto do profissional de Serviço Social, a busca enfrentada pelos estratos da população mais vulnerável e desprovida de políticas sociais.

As tecnologias sociais, assim como a economia solidária, despontam como ferramentas importantes do processo de organização dos setores populares, que buscam saídas às condições de miserabilidade impostas pelo sistema econômico capitalista. As organizações populares, com muita disposição, buscam manter a esperança de tornar as pessoas em sujeitos de sua própria história, para além do conhecimento e da defesa de seus direitos e do exercício de sua cidadania, dentro de um projeto de sociedade inclusiva que lhes possibilite alcançar sua emancipação como seres humanos.

Da maneira como a tecnologia vem sendo utilizada, para dar sustentação ao sistema econômico vigente, ela tem agravado os problemas sociais reproduzindo e ampliando o processo de exclusão social. Muitos dos processos tecnológicos não alcançam todos os lugares e nem todas as pessoas. Muitos porque não possuem recursos para adquirir determinado tipo de tecnologia e outros, que além de não poderem adquiri-las, também são excluídos por elas.

Diante das dificuldades encontradas para o enfrentamento da crise econômica e aumento de desemprego, muitas alternativas para superar essas condições vêm se ampliando por todo o país. Entender essa ferramenta é parte primordial ao profissional na sua relação de trabalho com as comunidades. Este trabalho é resultado dos primeiros estudos, ainda em fase inicial, do Grupo de Pesquisa: A Participação Popular na *Revista Humanidades em Perspectivas* | vol.2 n.1 | jul/déz 2019

Determinação do Orçamento Público e Economia Solidária do Centro Universitário Internacional (UNINTER).

ECONOMIA SOLIDÁRIA E TECNOLOGIA SOCIAL: FERRAMENTAS DE TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE

No atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, grande parte das tecnologias são utilizadas como forma de reprodução dos sistemas de dominação e coesão social. Por outro lado, as tecnologias sociais são percebidas pelos setores populares como uma ferramenta de contribuição para a organização social, de aumento da participação e democratização popular, que vem contribuindo para o desenvolvimento da sociedade.

A economia solidária, como tecnologia social, vem cumprindo sua função de suprir parte das necessidades e demandas sociais e, em boa parte, também contribui para o desenvolvimento sustentável, tendo em vista que seus empreendimentos estão relacionados com a questão socioambiental. Em muitas regiões do país, tais empreendimentos são estabelecidos como arranjos produtivos que geram trabalho e renda para grupos comunitários, incluídos socialmente, protagonizando uma nova forma de construir uma sociedade justa e inclusiva.

Na aproximação do final desta segunda década do século XXI, são muitos os destaques negativos quanto ao futuro da economia e das investidas da classe dominante sobre as conquistas e os avanços sociais obtidos a partir da Constituição de 1988. O aumento do desemprego e a precarização das relações de trabalho acendem um alerta para a necessidade de se repensar medidas que possam servir para o enfrentamento desses problemas que atingem toda a sociedade, mas principalmente os setores mais pobres.

Durante vários períodos de décadas passadas, a sociedade brasileira sofreu com planos econômicos malfadados que visavam o pagamento da dívida externa e o combate à inflação, propostos por agências internacionais e bancos multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial (BIRD).

Os custos de tanta intervenção e submissão dos governantes e da classe dominante, não só brasileira, mas também as latino-americanas, as imposições e

desmandos de tais agências e bancos, fizeram com que as populações desses países pagassem um preço muito alto por isso. Conforme Batista (1994), Oliveira (2004), Davis (2006), Montañó e Duriguetho (2014), Harvey (2016), as medidas adotadas a partir do Consenso de Washington em 1989 e empenhadas pelos governos neoliberais a partir da década de 1990, provocaram a abertura de mercado aos investimentos privados internacionais, a paridade da moeda local ao dólar americano, a entrega das principais empresas estatais aos capitalistas internos e externos, desregulamentação das leis trabalhistas e de remessa de lucros às matrizes das multinacionais localizadas no país, dentre outras medidas que contribuíram para acentuar a pobreza e a miséria nos países latino-americanos.

Com o processo de neoliberalização das economias latino-americanas, o México, o Chile e a Argentina, foram os primeiros países a implementarem as políticas pensadas pelas instituições criadas durante a Conferência Monetária de Bretton Woods (FMI, Banco Mundial e BID). No entendimento de Batista (1994), essas iniciativas objetivavam garantir os interesses dos EUA na América Latina, que através de seu Banco Central o *Federal Reserve* (FED) e as instituições de Bretton Woods, impuseram aos países do continente o seguimento de diversos programas que visavam influenciar os destinos das políticas econômicas e sociais desses países.

Foi durante o governo de Carlos Menem, através de seu Ministro da Economia Domingos Cavallo, que as premissas do Consenso de Washington começaram a ser postas em prática. Dentre essas medidas, estava um intenso processo de privatização, venda das principais empresas do país e a paridade do peso argentino com o dólar americano, dentre outras medidas adotadas, que tornaram mais acentuado o nível de desemprego e dificuldades de grande parte da população ao acesso à moeda local. É nesse contexto de incertezas econômicas e sociais, que iniciativas locais começaram a aparecer como formas alternativas de superação dessa realidade.

Na Argentina, de acordo com Búrigo (2001), foram destaques as experiências dos clubes de trocas com instrumentos monetários paralelos, através de um sistema denominado de moeda social. Esse sistema se propagou pela Argentina durante a primeira metade da década de 1990 e depois se tornou destaque em diversos países, inclusive no Brasil. A ideia principal se constitui em usar uma moeda própria como dinheiro para ser utilizado durante a realização das transações econômico-sociais pelos diferentes clubes de

trocas. É dessa forma que surge a moeda social. “Nos clubes, a moeda é social porque é uma unidade de medida que favorece as trocas solidárias e os pagamentos, mas não vira reserva de valor, pois não gera mais dinheiro através da aplicação da taxa de juros” (BÚRIGO: 2001, p.109).

Controlada pelos moradores e participantes dos clubes de trocas, a moeda social é uma introdução de um mecanismo para fomentar as trocas econômico-sociais e aquecer a economia local. Ela tem a função de incentivar e valorizar os produtores, atribuindo valores aos trabalhos manuais elaborados com todo o esforço pessoal de produção dos participantes dos clubes mais simples, os artesãos de longa data. Ela facilita o acesso a todo tipo de serviço, produção e bens elaborados pelos participantes dos clubes, assim como torna possível a aquisição de outros produtos disponibilizados.

De acordo com Singer (2002), foi com Owen¹ que surgiram as primeiras iniciativas de um modo de gestão cooperativa das fábricas, visando garantir melhor eficiência produtiva, melhores condições de trabalho e maiores ganhos aos operários das suas fábricas. No âmbito comercial, os seguidores de Owen (owerianos) rejeitaram o modelo comercial do capitalismo inglês, que utilizava atravessadores para colocar os produtos no comércio das grandes cidades inglesas. Para superar esse modelo comercial, que elevava os preços e dificultava aos mais pobres a sua aquisição, os seguidores de Owen, criaram clubes de trocas e uma moeda própria para facilitar o acesso aos produtos para a população.

Os comerciantes owerianos criaram bazares e lojas comerciais que aceitavam um modelo de moeda social baseado no trabalho. Essa moeda social era disponibilizada por uma casa comercial denominada por seus criadores de Bolsa Equitativa de Trabalho. A Bolsa destinava os valores em notas aos operários, conforme o número de horas de trabalhadas, assim também eram os preços nas casas comerciais e bazares criados pelos operários para esses fins. Quanto maior a quantidade de horas trabalhadas por um operário, maior seria a sua possibilidade de aquisição de produtos. “Cada bem era avaliado por este critério por um comitê formado por profissionais do ramo correspondente. Adotou-se como padrão um operário que ganhasse seis dinheiros por hora. A hora de

¹ Robert Owen (1771 – 1858). Industrial inglês, representante da escola chamada de socialismo utópico. Adotou melhorias sociais em suas fábricas na Escócia. Fundou em 1925, no México e Estados Unidos e na Inglaterra colônias cooperativas de produção. Foi um grande incentivador de melhorias das condições de trabalho e da criação de leis que puniam o trabalho infantil.

trabalho remunerada acima deste valor era aumentada na mesma proporção” (SINGER, 2002, p.31).

As ideias de Owen proporcionaram o surgimento de diversos empreendimentos cooperados e forneceram as bases para a criação de sistemas monetários e de trocas alternativos ao sistema monetário capitalista. Dessa forma, quando a moeda oficial utilizada pelo Modo de Produção Capitalista se torna escassa para boa parte da população, sistemas monetários paralelos, baseados na utilização de moedas sociais, têm surgido como esperança de superação do problema. Diante desse contexto, bancos sociais, com moedas sociais têm se tornado realidade em diversas partes do mundo.

Objetivando ser uma moeda para facilitar as trocas, proporcionando o acesso aos bens e serviços necessários para satisfação das populações mais pobres, assim como qualquer outra moeda, a moeda social cumpre a função de ser um meio de viabilização das transações econômicas e de denominação comum de valores. Diferentemente das outras moedas, não possui as funções de reserva de valor, entesouramento e acumulação para fins futuros. Dessa forma, ganhos com juros e correções monetárias que facilitam o enriquecimento não são características dos bancos sociais e das moedas sociais.

O SURGIMENTO DO SISTEMA DE TROCAS COM MOEDA SOCIAL NA AMÉRICA LATINA

Quando as crises cíclicas atingem o modo de produção capitalista, diante de programas governamentais que buscam conter o consumo através da valorização da moeda, atrelada a um padrão monetário internacional ou ao ouro, com restrições de crédito, isso acaba por ampliar as dificuldades já existentes nos setores mais pobres e marginalizados e também para o desenvolvimento econômico do país como um todo. Assim, experiências de sistemas alternativos de trocas, como as de Robert Owen, despontam como alternativa.

Para Búrigo (2001), foi Silvio Gesell (1862 – 1930) um economista alemão e anarquista, que morou alguns anos na Argentina, quem primeiro percebeu a necessidade de introduzir uma moeda alternativa à moeda corrente local, quando notou que durante os períodos de crises naquele país, a população mais pobre e o comércio decorrente dessa população, vivenciava a escassez de moeda. Para tanto, o economista alemão propôs um

sistema que ficou conhecido como economia livre, sem juros e baseado em um sistema de trocas.

As ideias de Gesell, foram fundamentais para a criação de um modelo de economia que democratizou as transações econômicas entre os produtores de bens e serviços, e apontou para a necessidade de uma moeda social para facilitar essas trocas. Esse modelo de economia proposto por Gesell, percebido por ele como uma solução para as crises do sistema capitalista, foi visto como inviável pelos defensores do modelo econômico capitalista. O capitalismo visa manter sob seu controle as finanças internacionais e ampliar as diferenças entre trabalhadores e detentores dos meios de produção, e, entre as nações mais ricas produtoras de bens manufaturados e os países periféricos produtores de bens primários.

No Modo de Produção Capitalista, o sistema econômico e financeiro está sempre se reinventando para manter sob seu domínio as concessões de crédito e o dinheiro, acentuando a concentração de riqueza e ampliando as desigualdades sociais. Diante dessa realidade, os setores da sociedade, pequenos produtores e empreendedores ou subempregados que desenvolvem atividades econômicas de subsistência, encontram dificuldades para obterem financiamentos para tocarem seus empreendimentos. No Brasil, algumas iniciativas estão sendo buscadas através de instrumentos como a economia solidária.

Para Barbosa (2007), a economia solidária é uma importante ferramenta dentro das tecnologias sociais. De acordo com a autora, em seu campo de atuação profissional, o assistente social tem se deparado com o crescimento das tecnologias sociais, que envolvem as questões de economia solidária e questões ambientais. Quando se trata de desenvolvimento e tecnologia, essa discussão está fortemente relacionada à acumulação de capital.

Porém, o debate sobre as tecnologias sociais também tem outro viés que está presente no contexto do profissional de Serviço Social, a educação popular. É no debate sobre os problemas sociais e em meio à crise econômica e aumento de desemprego que, na busca pela transformação dessa realidade social, muitas lideranças despontam. É através de conversas e busca de soluções que trabalhadores e produtores interagem e aprendem juntos. Entender esse processo de interação entre a realidade e o aprendizado

popular é parte primordial para o profissional na sua relação de trabalho com as comunidades.

Tecnologias sociais como a economia solidária, despontam como uma ferramenta importante do processo de organização dos setores populares que buscam saídas para fugir às condições de miserabilidade impostas pelo sistema econômico capitalista. Para Adams (2010, p. 18), “tais processos educativos exigem uma postura de autonomia, de protagonismo emancipador dos sujeitos envolvidos – educadores e educandos – no sentido de superar os riscos que prolonguem e agravem a submissão e a dominação cultural”.

Para isso, o conhecimento e a defesa de seus direitos e o exercício de sua cidadania, dentro de um projeto de sociedade inclusiva, possibilita aos participantes alcançarem o protagonismo e emancipação como seres humanos. Diferentemente desse objetivo, a tecnologia vem sendo utilizada para dar sustentação ao sistema econômico vigente e vem agravando os problemas sociais, reproduzindo e ampliando o processo de exclusão social. Muitos dos processos tecnológicos não alcançam todos os lugares e nem chegam a todas as pessoas. Muitos não a utilizam porque não possuem recursos para adquirir determinado tipo de tecnologia. Outros, além de não poderem adquirir sequer um pacote básico dessas tecnologias, também são excluídos por elas.

No atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, grande parte das tecnologias são utilizadas como forma de reprodução dos sistemas de dominação e coesão social. Por outro lado, as tecnologias sociais são percebidas pelos setores populares como uma ferramenta de contribuição para a organização social, de aumento da participação e democratização popular, enfatizando o desenvolvimento da sociedade.

Para Singer (2002), Arruda (2006) e Sandroni (2007) a economia solidária, como tecnologia social, vem cumprindo sua função de suprir parte das necessidades e demandas sociais que surgem em meio a um sistema econômico que dificulta o acesso a recursos e políticas sociais. Também, essa tecnologia social tem a capacidade de contribuir com o desenvolvimento sustentável e com a preservação dos recursos naturais, tendo em vista que boa parte de seus empreendimentos estão relacionados com regiões do país onde a presença do Estado é mínima e a subsistência e preservação dos recursos naturais estão interligadas. Nessa realidade, os empreendimentos são estabelecidos como arranjos

produtivos que geram trabalho e renda para grupos comunitários incluídos socialmente, protagonizando uma nova forma de construir uma sociedade justa e inclusiva.

OS BANCOS DE CRÉDITO E A ECONOMIA SOLIDÁRIA

De acordo com Holyoaker (2002) os bancos de crédito e cooperativos se tornaram uma grande opção para os trabalhadores desempregados e os pobres da periferia das grandes cidades inglesas, em 1867, quando foi fundada por 28 tecelões, a primeira cooperativa que possibilitou a muitos desempregados o acesso ao consumo. A Cooperativa de Hotchdale, no distrito de Lancashire, Inglaterra, tinha como um de seus objetivos a transformação da sociedade. Além do consumo, a sociedade tinha como objetivo proporcionar emprego e renda aos operários, primeiro aos seus membros e depois a toda a sociedade. Outro objetivo era garantir aos operários, através de créditos de ajuda mútua, a moradia e áreas aos tecelões desempregados, para serem cultivadas.

No entendimento de Singer (2002) a sociedade Cooperativa de Hochdale foi uma experiência muito importante no âmbito social. Baseava-se em um princípio de transformação do sistema econômico em uma sociedade igualitária e justa, onde todos trabalhariam para produzir e consumir, e onde apenas o excedente deveria ser trocado com outras comunidades. Esse sistema ampliou-se para uma sociedade de crédito e consumo, com muitos sócios e acionistas. Diante da ampliação das cooperativas e do aumento de acionistas que visavam apenas obter vantagens lucrativas com seus investimentos, a ideia original baseada nos ideais de Owen e dos Cartistas², foi perdendo força.

Singer (2002) ainda destaca que um novo modelo de cogestão dos trabalhadores e de investidores externos começou a tomar corpo nas cooperativas de Hochdale e se espalhou por toda Inglaterra. Para o autor, com a fundação da Sociedade de Depósito e Agência Cooperativa Atacadista, em 1863, um novo modelo de cooperativismo se expandiu. Foi inicialmente rejeitado por algumas cooperativas atacadistas, que o

² Os Cartistas é a denominação pela que ficou conhecido o movimento dos trabalhadores ingleses liderado por Feargus O'Connor e William Lovett, que faziam uma série de exigências a serem aprovadas pelo Parlamento britânico, apresentadas como Carta do Povo. Nessa Carta, o Movimento Cartista, em 1848, defendeu a substituição do voto censitário pelo sufrágio universal, a instituição do voto secreto e a remuneração parlamentar.

consideraram limitado por estar ligado apenas às sociedades operárias, e se distanciou dos objetivos socialistas de seus pioneiros de Hochdale. Outras formas de empreendimentos cooperados e de acesso ao crédito de produção e consumo têm sido destacadas na economia solidária, como as experiências do *Grameen Bank* e dos bancos e moedas sociais.

De acordo com Yunus (2008), a ideia de se colocar em prática as teses econômicas que lecionava, deu-se a partir da percepção da grande crise de fome e miséria que se abateu sobre seu país, Bangladesh, durante o ano de 1974. Foi nas proximidades da pequena aldeia de Jobra, que esse professor de economia decidiu aplicar seus conhecimentos para ajudar as populações mais pobres de seu país, que migravam em massa para a capital Dhaka, em busca de melhores condições de vida, mas acabavam engrossando as fileiras de desempregados, sem moradia e famintos.

Para Yunus (2008), foi com pequenos empréstimos, a partir de 1976, no valor de 856 takas (equivalentes a 27 dólares), entregues a 42 mulheres habitantes da localidade de Jobra, que tudo começou. O objetivo era resolver um problema imediato, pois se percebia que apesar de trabalharem muito, o povo vivia em uma condição de extrema miserabilidade. Assim estavam, não por “estupidez ou por preguiça. Eles trabalhavam o dia inteiro, realizando tarefas físicas muito complexas. Eram pobres porque as estruturas financeiras do país não estavam à disposição de ajudá-los a melhorar a sua sorte. Era um problema estrutural, e não individual (YUNUS, 2008, p. 24).

Yunus e seus alunos em suas pesquisas pela aldeia de Jobra, descobriram que as pessoas que mais sofriam com a fome e a miséria eram as mulheres agricultoras ou artesãs, viúvas ou abandonadas, que não tinham a posse da terra e trabalhavam para sustentar a si mesmas e suas famílias. Essas mulheres, ganhavam muito pouco e, quase sempre, estavam endividadas com empréstimos tomados junto a agiotas locais. As condições de vidas delas não lhes possibilitavam auferir empréstimos juntos aos bancos oficiais, por isso, a dependência de agiotas e comerciantes locais.

De acordo com Singer (2002), através de um manifesto, Yunus mobilizou alunos e professores da Universidade de Chittagong a convocarem toda população a lutarem contra a fome. O manifesto teve grande repercussão nacional e muitas organizações privadas e do poder público, que jamais haviam se posicionado frente a essa condição de miséria e fome do país, se tornaram participantes dessa mobilização empreendida pela Universidade de Yunus, por seus alunos e professores.

Os empréstimos de Yunus comprovaram que com muito pouco pode se fazer muito. Esse economista foi capaz de buscar créditos junto a bancos oficiais para concedê-los aos mais pobres de Jobra, sem prazo certo para sua quitação. Para sua surpresa os empréstimos concedidos, em grande parte, lhes foram pagos. A experiência possibilitou que Yunus e seus alunos abrissem uma agência bancária, denominada de *Grameen Bank*, para oferecer créditos aos pequenos produtores, comerciantes e os trabalhadores e trabalhadoras da aldeia.

Para Singer (2002), o experimento deu tão certo que Yunus e seus alunos, foram desafiados a implantarem em âmbito nacional a proposta do *Grameen Bank*. Em 1979, foram a Tangail, uma cidade na região central de Bangladesh, cujo distrito, na época, possuía uma população de quase dois milhões de habitantes. Tinham a intenção de colocar em prática o sistema de empréstimos aos mais pobres, que revolucionou a região de Jobra. A partir do momento em que os empréstimos aos camponeses sem terra de Tangail tiveram início, “três anos depois, os membros do *Grameen Bank* eram 28 mil. A aplicabilidade da metodologia financeira desenvolvida pelos acadêmicos de Chittagong em escala nacional estava comprovada” (SINGER, 2002, p. 77).

No Brasil, muitas são as experiências que passaram a seguir um modelo de microcrédito e de moeda social, baseadas em iniciativas como a do *Grameen Bank* e do sistema cooperativo de Rochdale. Para Barbosa (2007), até 1997, dificilmente tais iniciativas contaram com apoio do Estado. Assim, “a possibilidade de fomentar a atitude empreendedora entre os trabalhadores desempregados ou inseridos em atividades econômicas de subsistência choca-se com a ausência de capital acumulado e de oportunidade de acesso ao sistema financeiro” (BARBOSA, 2007, p.160)

Singer (2002) afirma que o sistema cooperativo ressurgiu com veemência quando a economia está em crise, e muitas fábricas são fechadas por não conseguirem sustentar o seu nível de produção, cabendo aos operários assumirem o seu controle. Na década de 1990, no Brasil, vários empreendimentos, dentre eles fábricas de tecidos, de botões e de outros setores como de metalurgia e da construção civil, foram assumidos dentro de um modelo de autogestão. Apoiados e incentivados por organismos estatais, tais modelos de autogestão não conseguiram resistir por muito tempo.

Como cooperativa bem-sucedida no âmbito de financiamento e crédito aos mais pobres, em termos de economia solidária, há um destaque especial para o Banco Palmas,

que é coordenado pela Associação de Moradores do Conjunto Palmares (ASMOCONP), em Fortaleza-Ceará. De acordo com Barbosa (2007), fundado em 1998 por lideranças da comunidade, o banco surgiu a partir de uma necessidade de manter os moradores em dia com os altos custos dos serviços urbanos, em decorrência da valorização imobiliária devido a obras públicas realizadas no local.

Com empréstimos, a custos mais baixos que os das instituições bancárias do mercado, a Associação de Moradores passou a incentivar os pequenos negócios e oferecer financiamentos aos seus moradores, utilizando as relações existentes entre eles e seus vizinhos para a aprovação de cada crédito. Conforme a autora, o Banco Palmas possui uma série de serviços e atividades para os moradores, que vão desde a oferta de cartões de crédito, microcréditos, loja solidária, até moeda social e clubes de trocas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia solidária recebeu grande destaque em âmbito nacional, quando foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SNAES), porém, sua história antecede à essa iniciativa governamental, e precisa continuar, quando o interesse estatal passar. É nesse sentido, que o Grupo de Pesquisa sobre a Participação Popular na Determinação do Orçamento Público e Economia Solidária do Centro Universitário Internacional Uninter, busca conhecer as experiências existentes e dar a muitas delas, ainda desconhecidas pela maior parte da população e pelo setor acadêmico, o necessário reconhecimento como instrumento de superação das condições de miséria e de fortalecimento do ser humano como sujeito de sua própria história.

Apesar de alguns autores perceberem a economia solidária como uma ferramenta que ameniza as condições sociais no interior do Modo de Produção Capitalista, é importante ressaltar que muitos outros a entendem como um passo importante, como ferramenta de criação de solidariedade, igualdade e emancipação humana, princípios fundamentais na preparação do ser humano para construir uma sociedade justa e igualitária.

Assim como o capitalismo está sempre se reinventando para permanecer enquanto sistema hegemônico, é importante que soluções sejam buscadas para prover aos mais pobres, em condições de vulnerabilidade, formas de superação de sua realidade

econômica, política e social. É neste contexto, que o profissional de Serviço Social pode contar com mais esta ferramenta de tecnologia social, a economia solidária, que através de suas diferentes práticas, como os clubes de trocas, as cooperativas de produção e serviços, ou moeda social, surgem como uma concretização das práticas econômicas e sociais para a transformação da sociedade.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Telmo. **Educação e economia popular solidária**. Aparecida-SP: Ideias e Letras, 2010.

ARCANJO, Maria Antônia Silva de. OLIVEIRA, Ana Luiza Mattos de. **Economia solidária: avanços e retrocessos**. São Paulo: Perseu Abramo, 2017.

ARRUDA, Marcos. **Tornar real o possível**. Petrópolis: Vozes, 2006.

BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. **A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007.

BATISTA, Paulo Nogueira. **O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. Cadernos da Dívida Externa nº06. São Paulo: Pedex, 1994.

BÚRIGO, Fábio Luiz. **Moeda social e a circulação de riquezas na economia solidária**. In: GAIGER, Luiz Inácio. *Economia solidária – Volume I*. Campinas: Unicamp, 2001.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HOLYOAKE, G. J. **Os 28 tecelões de Rochdale**. Porto Alegre: 5 SW editor, 2002.

OLIVEIRA, Jair Figueiredo de. (org.). CORDEIRO, Marcos Pires. SANTOS, Sergio Antônio dos. **Economia para administradores**. São Paulo: Saraiva, 2006.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia do século XXI**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2007.

SINGER, Paul. **Introdução a economia solidária**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2002.

YUNUS, Muhammad. **O banqueiro dos pobres**. São Paulo: Ática, 2008.